

# LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DOCENTE EN EDUCACIÓN INCLUSIVA PARA LA ATENCIÓN DE ESTUDIANTES CON NEE

*Juciana da Silva Rodrigues*

[jucianarodrigues20@hotmail.com](mailto:jucianarodrigues20@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0148-3337>

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)*  
Natal, Brasil.

*Paulo Ivo Silva de Medeiros*

[prof.pauloivosm@gmail.com](mailto:prof.pauloivosm@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-7036-7535>

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)*  
Natal, Brasil.

**Recibido:** 12/03/2022 **Aceptado:** 11/11/2022

## Resumen

La escuela regular actúa como escuela inclusiva desde el momento en que es capaz de identificar y trabajar con las dificultades y habilidades que presenta el alumno atendido. Por lo tanto, para brindar servicios a los estudiantes con necesidades educativas especiales (NEE), es importante que exista un vínculo entre los docentes la clase regular (CR) y los de la clase de recursos multifuncionales (CRM). Sin embargo, se esperan déficits en esta comunicación y en la preparación de los docentes para trabajar con alumnos con NEE. Frente a esto, este trabajo objetivo refleja sobre la importancia de la formación docente en las áreas de educación especial e inclusiva para promover una inclusión plena de los alumnos con NEE en las escuelas, a través de la actualización de los profesores de CRM y CR. El estudio fue realizado con siete docentes de la CR y dos de los CRM que actúan con clases de 6° a 9° grado, a través de una entrevista semiestructurada adaptada en formato electrónico. Los datos se analizaron mediante análisis de contenido. Como resultado, observamos que aún quedan muchos desafíos por superar entre la práctica y la formación docente para que podamos desarrollar situaciones que promuevan un aprendizaje más pleno y que capaciten a los estudiantes para aprender los conceptos necesarios para su crecimiento personal.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Formación Docente. Educación Continua. Necesidades Educativas Especiales. Dificultades de Aprendizaje.

## A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NEE

### Resumo

A escola regular atua como escola inclusiva a partir do momento que ela consegue identificar e trabalhar as dificuldades e as habilidades apresentadas pelo estudante atendido. Desse modo, para efetivar os atendimentos de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), é importante que haja um elo entre os professores da sala regular (SR) e os da sala de recursos multifuncionais (SRM). Entretanto, é esperado déficits dessa comunicação e do preparo dos docentes para atuarem com alunos com NEE. Diante disso, este trabalho objetiva refletir sobre a importância da formação docente nas áreas da educação especial e inclusiva a fim de promover

uma inclusão plena dos alunos com NEE nas escolas, através da atuação dos professores da SRM e da SR. O estudo foi conduzido com sete docentes da SR e dois da SRM que atuam com turmas do 6º ao 9º ano, através de uma entrevista semiestruturada adaptada em um formulário eletrônico. Os dados foram analisados através de análise de conteúdo. Como resultados, observamos que ainda existem muitos desafios a serem superados entre a prática e formação docente para que possamos desenvolver situações que promovam uma aprendizagem mais plena e que potencialize o aluno a aprender os conceitos necessários para seu crescimento pessoal.

**Palavras chave:** Educação Inclusiva. Formação Docente. Formação Continuada. Necessidades Educacionais Especiais. Dificuldades de Aprendizagem.

## **THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING IN INCLUSIVE EDUCATION FOR THE CARE OF STUDENTS WITH SEN**

### **Abstract**

The regular school acts as an inclusive school from the moment it is able to identify and work with the difficulties and skills presented by the student served. Thus, in order to provide services to students with special educational needs (SEN), it is important that there is a link between teachers in the regular classroom (RC) and those in the multifunctional resource classroom (MRC). However, deficits in this communication and in the preparation of teachers to work with students with SEN are expected. Therefore, this work aims to reflect on the importance of teacher training in the areas of special and inclusive education in order to promote a full inclusion of students with SEN in schools, through the work of MRC and RC teachers. The study was conducted with seven teachers from RC and two from MRC who work with classes from 6th to 9th grade, through a semi-structured interview adapted in an electronic form. Data were analyzed using content analysis. As a result, we observed that there are still many challenges to be overcome between practice and teacher training so that we can develop situations that promote fuller learning and that empower the student to learn the concepts necessary for their personal growth.

**Keywords:** Inclusive Education. Teacher Training. Continuous Training. Special Educational Needs. Learning Disabilities.

### **Introdução**

O presente estudo discorre sobre a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) que tem se tornado um desafio para os espaços escolares, fazendo com que os profissionais busquem novas metodologias e estratégias para ensinar diante da diversidade. Frente a este cenário, a formação continuada dos professores na perspectiva da Educação Inclusiva (EI) tem se configurado na possibilidade de inovações nos processos de escolarização dos sujeitos integrados nas escolas regulares.

Na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001, p. 79) que “estabelece normas para os sistemas educacionais de ensino desde a educação infantil e em toda a educação básica, no

que tange educação especial e o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais”, define a educação especial, como:

(...) um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 79).

A EI pode ser entendida como algo que vai além da inserção dos alunos no ambiente escolar. Ela pode ser pensada como forma de buscar o pleno desenvolvimento do educando, para que este possa atuar na vida social de forma mais participativa, sem preconceitos e sem exclusão. Pode ser, também, entendida como meio de envolvimento e participação de todos nesse processo para que ela possa ser efetivada.

Reforçando ainda a conceituação de inclusão, podemos concordar com Mantoan (2003, p. 32), ao esclarecer que:

a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Historicamente, por meio das lutas sociais, a EI passa a ser vista com novos olhares, e como um direito indiscutível e fundamental para formação das pessoas com NEE. Dentre elas, temos a Declaração de Salamanca, em 1994, na qual reafirma o direito à educação para todos os indivíduos com NEE, recomendando a inserção na escola regular, introduzindo assim, um novo modelo de inclusão mais abrangente. Podemos considerar, portanto, que a inclusão também pode ser vista como toda forma de respeito de seus sujeitos, considerando suas características individuais.

Ainda conforme a Declaração de Salamanca (1994): reafirma o direito à educação para todos os indivíduos com NEE:

1. Toda criança tem direito à educação.
2. Toda criança possui traços de aprendizagem que são únicos.
3. A diversidade de características e necessidades deve ser levada em consideração na implementação de sistemas e programas educacionais.
4. As pessoas com necessidades especiais têm o direito de frequentar escolas regulares, e estas, por sua vez, devem acolhê-las e acomodá-las dentro de uma pedagogia que satisfaça suas necessidades de aprendizagem.
5. Tais escolas regulares devem combater condutas discriminatórias, promovendo um espaço acolhedor e inclusivo.

No ano de 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), foi-se estabelecendo novas obrigatoriedades para que a educação ofereça toda forma de organização que atendam às necessidades dos alunos com NEE, enfatizando também a importância da capacitação adequada dos professores para o ensino dos Alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Ainda conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 1996):

são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I. Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II. Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III. Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV. Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Nesse contexto de lutas e políticas em função da diversidade humana, fica evidente a necessidade de uma formação específica do professor em EI. A formação continuada em educação especial ou EI é um dos caminhos em que pode ocorrer a promoção de novas práticas, maior preparo para lidar com diferentes situações e práticas mais inclusivas em sala de aula. Desse modo, atendendo melhor as demandas dos PAEE e norteando o trabalho do professor para a busca de um ensino mais inclusivo.

O objetivo deste trabalho foi avaliar através de entrevista semiestruturada, a formação e exercício docente de professores da sala de aula regular e da sala de recursos multifuncionais

(SRM) de uma escola estadual do município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Foi 1) discutido a importância da formação docente em EI para o atendimento de alunos com NEE, através de relatos de docentes da sala de aula regular e da SRM de uma escola pública; 2) compreendido as diversas barreiras que limitam a atuação docente e impedem o processo de ensino e aprendizagem dos APAEE; 3) e avaliado o acesso ao conhecimento e a inclusão de sujeitos com NEE atendidos pelos professores entrevistados; e a revisão bibliográfica apresentando autores referenciais ao tema estudado.

## **Referencial Teórico**

A escola é um lugar onde os sujeitos tem a oportunidade de aprender a crescer com o outro e, em todas as suas nuances, deve ter como uma de suas metas sociais, o acolhimento e a inserção de cada um desses indivíduos na sala de aula regular. No entanto, ainda podemos perceber que, diante deste cenário de falta de conhecimento e capacidade, poderá ser um empecilho para o atendimento desse público. O direito à acessibilidade física das pessoas com NEE na escola regular é respaldado pelas legislações internacionais e nacionais, além de programas e tratados do governo brasileiro. Logo,

a inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos (BRASIL, 2006, p. 15).

Para que a inclusão escolar ocorra nos espaços educacionais com maior visão e permanência, é importante que na formação inicial dos professores (como o curso de licenciatura) haja formação mínima sobre o contexto da educação especial e inclusiva. Essa formação inicial é essencial e somatória à formação continuada que os docentes agreguem a sua trajetória. Contudo, há críticas em relação a essa formação inicial, que muitas vezes é deficitária e não é suficiente para a atuação docente no ambiente escolar com alunos com NEE.

Pressupomos então, que para garantir a permanência e sucesso dos educandos na escola, a formação continuada se configura como um elemento necessário para novas formas de agir e pensar sobre a educação dos alunos PAEE. Este aspecto é reforçado com a LDB em seu Art. 59 (BRASIL, 1996), ao estabelecer que:

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:  
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Vale ressaltar que nos dias atuais, a escolarização de alunos com deficiência tem se tornado um desafio para os espaços escolares, fazendo com que os profissionais devam ir em busca de novas metodologias e estratégias para o ensino. A formação continuada dos professores tem se configurado na possibilidade de inovações nos processos de escolarização dos sujeitos que buscam acesso nas escolas regulares.

Nesse contexto, podemos nos remeter sobre a formação e preparação do professor em uma sala de aula com crianças que apresentem algum tipo de síndrome, distúrbio ou transtorno. Ele deve entender e compreender o que é inclusão. Para favorecer a inclusão, a formação é uma questão que possibilita aos profissionais como levar adiante o processo de aprendizagem como um todo. Em seu argumento, Nóvoa (1995, p. 7) complementa que:

a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (...). O trabalho centrado na pessoa do professor e na sua experiência é particularmente relevante nos períodos de crise e de mudança (...).

O problema acima nos leva a pensar que modalizar esse discurso não é o ponto primordial para o exercício da docência, mas que precisamos levar em consideração o saber prático, através da frequente reflexão do trabalho docente, fazendo com que a formação, juntamente com o saber prático e as experiências, contribui para o enriquecimento do fazer pedagógico. Pois, a EI já é realidade no ensino regular e isso se deve, sobremaneira, aos esforços dos educadores por sempre estarem em busca de mais conhecimentos. Nos dias atuais, a escola vivencia grandes transformações relacionadas à EI e a educação como um todo, e sempre com um único objetivo, de facilitar cada vez mais o processo de aprendizagem de todos os alunos.

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, institui em seus capítulos e artigos a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida dos sujeitos que apresentam NEE (BRASIL, 2020). De acordo com o capítulo III, sobre o público-alvo desses sujeitos, no Art. 5º desse decreto, se pode afirmar que:

a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida tem como público-alvo os educandos que, nas diferentes etapas, níveis e modalidades de educação, em contextos diversos, nos espaços urbanos e rurais, demandem a oferta de serviços e recursos da educação especial.

Parágrafo único. São considerados público-alvo da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

- I. educandos com deficiência, conforme definido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- II. educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluídos os educandos com transtorno do espectro autista, conforme definido pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; e
- III. educandos com altas habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares.

Logo, o decreto ressalta que os profissionais da educação precisam ajustar às necessidades dos alunos as atividades desenvolvidas. Eles precisam saber direcionar o tempo das atividades, o aproveitamento dos recursos e os materiais oferecidos, para que dessa forma a construção dos saberes possa emergir com autonomia, e assim se efetivar a sala de aula inclusiva e tornar-se sujeito da aprendizagem.

A LDB (BRASIL, 1996) refere-se a dois perfis de professores que deverão ser formados para atuar com alunos com NEE:

Professor de classe comum capacitado deve comprovar em sua formação conteúdo ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos, flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento, avaliar continuamente a eficácia do processo educativo e atuar em equipe e em conjunto com o professor especializado.

Professor especializado em Educação Especial deve ter formação em cursos de Licenciatura em Educação Especial ou complementação de estudos ou pós-graduação para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas, apoiar o professor da classe comum; atuar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas.

Vemos que urge a escola desenvolver trabalhos e projetos centrados no aluno com apoio a inclusão para proporcionar uma educação plena e inclusiva, de modo a dar-lhes o direito de aprender, de se inserir e participar na sociedade com respeito e dignidade. Dessa forma, a escola cumpre seu papel fundamental para a sociedade, combatendo a discriminação e a exclusão

social. Isso nos leva a pensar sobre a importância da formação continuada do professor, para atender toda a diversidade presente na educação especial e EI. Segundo a PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2020, p. 83), os professores da educação especial devem ter a seguinte formação:

Formação inicial em educação especial;  
Formação inicial para a docência e especializada em educação especial ou educação bilíngue de surdos;  
Formação inicial para a docência e pós-graduação stricto sensu em educação especial ou áreas afins; ou  
Formação inicial para a docência e formação continuada em educação especial.

A PNEEPEI ressalta que a EI visa a aceitação das pessoas diferentes, aquelas pessoas com capacidades, com jeitos, condições e outras diferenças que requer um atendimento específico. Além disso, a educação especial funciona com práticas pedagógicas destinadas a alunos com NEE, visando a inclusão destes no ambiente escolar e social.

Para Gonçalves e Fialho (2004, p. 599), “a Educação Especial não deveria ser vista separadamente do ensino como vem ocorrendo ao longo dos anos, pois ela faz parte de todos os níveis de ensino - da Educação Infantil ao Ensino Superior”. Na escola, deve haver uma estreita comunicação e compartilhamento do trabalho pedagógico com a SRM, para eliminar os obstáculos que impedem o acesso a inclusão. Pois, constitui-se como atribuição dos professores do AEE, realizar um trabalho em articulação com os professores da sala de aula regular, para assim viabilizar as atividades pertinentes a aprendizagem dos alunos nas atividades escolares.

É importante que a SRM esteja contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, ela não poderia ser vista como uma sala à parte das demais, que só está na escola para atender alunos com NEE. Além disso, poderia dar sua colaboração nos projetos pedagógicos escolares, incentivando os demais alunos, que não fazem parte da educação especial, a darem sua contribuição e participação em seus projetos específicos.

A respeito dessa questão, a SRM tem um potencial transformador no trabalho da inclusão na escola. O professor da SRM em conjunto com o professor da sala regular, podem unir-se em trabalhos através de projetos inclusivos que objetivem promover a aprendizagem dos alunos. Pois, “o papel do professor nesse novo contexto é importante, pois ele elabora, planeja e conhece o conteúdo a ser trabalhado” (BORDINHÃO; SILVA, 2015, p. 2).

A SRM é um dos espaços físicos que oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para aqueles que necessitam de um atendimento voltado para sua especificidade. Assim, a SRM tem por finalidade atender alunos do PAEE e esta deve dispor de recursos, materiais, serviços, dentre outros, necessários para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com NEE. Sua principal função é também eliminar qualquer barreira que possa impedir a participação e a interação dos alunos com NEE, desenvolvendo neles sua autonomia e independência no ambiente escolar e social.

A SRM também pode dar sua contribuição no processo pedagógico da escola auxiliando o professor da sala de aula regular no que se refere a aplicação das avaliações e atividades dos alunos com NEE. Pois, podemos observar que alguns professores, pelo seu desconhecimento acerca da educação especial têm certas dificuldades e inseguranças ao ensinar os alunos com NEE. Por isso, é importante uma formação específica inicial e continuada do professor da sala de recursos e da sala regular, para que possam adquirir conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o ensino na EE, e para dar sua contribuição na escola em geral.

O professor da SRM poderia não apenas, ficar dentro de seu espaço de trabalho, realizando o atendimento para seus alunos, sem buscar parcerias com o professor da sala regular. Os profissionais da área da educação especial têm todo potencial e conhecimento para desenvolverem trabalhos colaborativos, através das trocas de experiências, compartilhamento de ideias etc., melhorado, assim, o fazer pedagógico dentro da escola e criando, nos professores da sala comum, mais consciência e segurança no tratamento dos alunos com NEE.

Assim, essa forma de trabalho que contextualiza a colaboração entre professores da educação especial e os do ensino regular é definido como “ensino colaborativo”, o qual se constitui através de uma parceria entre os professores do ensino regular com o especial para a planejamento, execução e avaliação em equipe de um conjunto de estudantes tanto que apresentem NEE ou não (COOK; FRIEND, 1993). Desse modo, entende-se que o trabalho colaborativo docente procura melhorar a aprendizagem dos estudantes, identificando e ampliando as práticas pedagógicas, contribuindo também para o ensino colaborativo. Em outras palavras, o foco precisa ser uma reflexão sobre uma cultura colaborativa como estratégia pedagógica que busque o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante PAEE.

O PPP é o alicerce para construção do trabalho pedagógico da escola, pois ele se torna um norte para o professor e para gestão. Ele, por ser político, deve objetivar seu trabalho para

toda comunidade que a escola pertence. Assim, a escola também cumpre seu papel transformador e político na sociedade. Para Veiga (2014, p. 15), o PPP “não deve ser pensado para as formalidades da escola, mas prioritariamente para qualidade educacional”. Os projetos, sejam eles de quaisquer finalidades, objetivam corrigir os erros e fazer readequações daquilo que não deu certo; fazem a escola trilhar novos caminhos na busca de melhorias, solucionando assim os problemas. Além disso, “o projeto político-pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido” (VEIGA, 2014, p.15).

Sabemos que além dos suportes teóricos e metodológicos que o professor deve se atentar, são importantes suas vivências com o aluno que também lhe trarão um norte para poder desenvolver as atividades necessárias para que esse aluno possa realizar. Através das relações entre professor e aluno é que facilita, possibilita conhecermos as habilidades e dificuldades destes. A partir disso, é que podemos desenvolver as atividades necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem do educando.

Diante dos desafios que são enfrentados para promover a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, é importante nossa experiência e conhecimento acerca das especificidades do aluno para que possamos estimulá-lo e desenvolver atividades considerando suas habilidades e interesses. Dessa forma, também, destacamos a importância das atividades por meio de projetos pedagógicos como metodologia, nos quais os alunos com NEE não podem ficar excluídos destes.

A escola é um espaço que cumpre seu papel social e pedagógico a partir da compreensão de que seus sujeitos estão ali para aprender além dos conceitos científicos e a se inserir na sociedade como cidadãos plenos. Ela é, por conseguinte, um ambiente de formação humana e de convivências onde aprendemos com as diferenças e conseqüentemente praticar a inclusão de todas as formas.

## **Metodologia**

### **Local de Estudo**

Este estudo foi desenvolvido no Centro Educacional Alferes Tiradentes, localizado no bairro Potengi em Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte. O Centro oferta o

ensino fundamental I e II, com turmas do 1º ao 9º ano, possui seis salas de aulas amplas e SRM; dentre outros aspectos.

A SRM da escola é espaçosa, com iluminação e ar-condicionado. Possui uma boa organização em relação a mobiliário com mesas redondas, armários, cadeiras acolchoadas, cadeira de rodas com mesa de apoio, alguns materiais didáticos, inclusive de acessibilidade, computadores e impressoras disponíveis. Ao passo que as salas regulares possuem ventiladores, armários em mau estado de conservação, mesas e cadeiras para os alunos e professores.

O planejamento dos professores acontece de forma individualizada para suas aulas. Foi observado também que não existe uma comunicação entre eles com objetivo de atender às necessidades dos alunos com deficiência.

### **Coleta e Análise de Dados**

Em função da atual pandemia (SARS-COV-2) utilizamos como estratégia para este estudo, uma entrevista semiestruturada adaptada através de um formulário eletrônico. O formulário foi formado com questões de caracterização do entrevistado e da formação e experiência docente deste em sala de aula regular ou SRM. Participaram nove professores, graduados em Licenciatura Plena em Pedagogia, Ciências Biológicas, Geografia, História, Matemática e Letras, dos quais sete da sala regular (cinco homens e duas mulheres) dois da SRM (duas mulheres), que atuam em turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A faixa etária dos professores varia entre 30 a 56 anos (média igual a 47,5 anos).

Seguindo padrões éticos, os participantes consentiram sua participação através de Registro de Consentimento Livre Esclarecido (RCLE). De acordo com a Resolução nº 510 (2016), “(...) a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes”.

Desse modo, através das entrevistas, analisamos como os professores estão trabalhando na prática com os alunos PAEE; qual a relação entre formação e prática pedagógica; como se encontram atualmente em termos de formação nas áreas da EE e EI; e como se organiza a escola, em termos de trabalho da equipe e disponibilidade de recursos para atender estes alunos. Os dados coletados foram analisados qualitativamente através de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pois este tipo de análise permitiu melhor compreender, através de categorização dos

dados, as ideias e observações que os sujeitos participantes da pesquisa forneceram. Além disso, para complementar a análise, a legislação e autores como Mantoan (2003) e Mazzotta (1999) foram consultados.

## **Análises e Resultados**

Através das entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes (aqui adotados nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes), foi visto que sete dos nove possuem nível de pós-graduação (seis com especialização e um com mestrado profissional), mas apenas duas têm feito cursos ou participado de alguma formação mínima na área de EI. Destes, um atua na sala de aula regular (especialista), formado em Letras, realizou curso de revisor de Braille, curso de formação de Liderança em Educação Especial e participou do Seminário Nacional de Braille. A Biana atua na SRM (especialista), Pedagoga, realizou curso de LIBRAS e Braille, disse que sua graduação foi importante para atuação na EI e que tem se preparado para este campo, entendendo melhor as pessoas surdas. Ao serem questionados sobre os motivos pelos quais não tem se atualizado na área de EI, relataram falta de disponibilidade de tempo e/ou motivação (3), motivos de saúde (1), falta de incentivo pela instituição (3) e falta de conhecimentos (1). Os professores também informaram que suas graduações não contribuíram ou contribuíram muito pouco para a atuação deles com alunos com NEE, pois a grade é insuficiente ou não oferta conteúdos relacionados ao ensino desse público. No geral, os nove professores exercem a profissão docente (em média) a 19,5 anos. Na sala regular, os professores possuem experiência variando de 1 a 24 anos (e de dois a 20 anos com alunos com NEE), enquanto que na SRM a experiência foi de oito (mesmo tempo com alunos com NEE) e 15 anos (quatro anos com alunos com NEE).

Na entrevista realizada com os professores da sala de aula regular, foi observado sobre as dificuldades enfrentadas ao receber e ensinar alunos com NEE. Os professores apresentaram insegurança e descontentamento pela grande quantidade de alunos na turma; pela falta de preparação e informação acerca de compreender as necessidades de cada aluno e como fazer um trabalho para cada especificidade apresentada, fazendo com que os educadores necessitem aprofundar seus conhecimentos sobre esses alunos e sobre o que estão aprendendo.

Já na entrevista direcionada aos professores de salas de recursos multifuncionais, foi observado que as dificuldades enfrentadas pelo professor ao receber e ensinar alunos com NEE,

ocorreu sobre o fato da falta de conhecimento aprofundado na área específica que contemple a aprendizagem do aluno, além da dificuldade de usar estratégia que contemple a aprendizagem do aluno. Percebendo que a dinâmica dos professores em relação à busca de mais conhecimentos sobre recursos materiais pedagógicos para esse público, ainda necessita de um maior aperfeiçoamento do trabalho docente, e da instituição em si.

Esses argumentos vão contra o que Vygotsky (1989, p. 108) aponta, já que para ele o professor como mediador do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno, deve sempre estar:

[...] atuando no processo da autonomia e na capacidade de desenvolver suas potencialidades, utilizando recursos materiais pedagógicos oferecidos pela escola e fazendo mediação social através do ambiente escolar, explorando o espaço oferecido para trabalhar as diferenças mostrando sempre que todos podem aprender de maneiras diferentes.

Sem formação mínima, isso pode prejudicar uma melhor dinâmica dos professores para com os alunos com NEE. Enfatizamos a importância de a escola saber gerenciar, organizar, planejar o tempo de suas atividades pedagógicas, para um melhor aproveitamento e aperfeiçoamento do trabalho docente, e da instituição em si. Dessa forma, Veiga (2014, p. 30) enfatiza que “é preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. (...) tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula”.

A escola inclusiva precisa entender as possíveis limitações e dificuldades de aprendizagem desses alunos, para que assim os professores possam dar continuidade ao seu processo de aprendizagem. Sobre essa questão, Mantoan (2003, p. 187) afirma que a aprendizagem “não ocorre de maneira espontânea, mas sim a partir da interação e do desenvolvimento de práticas curriculares planejadas e sistematizadas de forma intencional”.

Sabemos que cada profissional pode definir suas prioridades e necessidades para o melhoramento de sua prática, e que cada curso, seja de qualquer campo, contribui para qualificação profissional e enriquecimento da prática docente, visto que as licenciaturas seguem direção de conteúdos para a práxis docente e sua atuação pedagógica. Nas palavras de Veiga (2014, p. 19):

a qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições

de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

Nessa perspectiva, a formação docente deve buscar as práticas pedagógicas para enfrentar as situações educativas que emergem diante as NEE de cada aluno. Segundo Caiado (2002, p. 78):

cabe aos professores: priorizar o diálogo, para adquirir da criança confiança e conhecer suas preferências; buscar estratégias e recursos que favorecem a aprendizagem; iniciar com atividades simples e ir aumentando o nível de acordo com a sua evolução; encorajar a criança com frequência, mantendo-a próxima de si; manter diálogo o sobre seu desempenho para estimular sua evolução, elogiando sempre o progresso esperado.

No qual há necessidade de introdução de temas sobre educação especial já na formação inicial do professor, pois ele precisa buscar informações e mais estudos para lhe auxiliar quanto a efetividade da EI. “A formação de professores, as condições físicas e materiais e a organização de recursos humanos de apoio são fatores que devem ser priorizados na discussão da inclusão na educação infantil” (MITTLER, 2003, p. 161) e nos demais níveis de ensino.

Dentre as NEE que os professores têm trabalhado, (um deles com 12 alunos com laudo confirmado), foram relatados o Transtorno de Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, Deficiência Intelectual (Síndrome de Down), paralisia cerebral, Deficiência Auditiva (como surdez), Deficiência Múltipla, Deficiência Visual (como baixa visão) e Dificuldade de Aprendizagem (dislexia). Ao serem questionados sobre as dificuldades que enfrentam ao atender esses alunos com NEE, relataram, sobretudo, a dificuldade em compreenderem as necessidades de cada aluno e a como melhor trabalhar com eles. Além disso, relataram que mesmo sem preparo, fazem pesquisas para adequar os conteúdos, embora com muitos alunos e alguns destes fora do nível da escolaridade em que está matriculado, dificulte o processo. No mais, relataram que ou caminham com a aula normalmente (seja remotamente ou presencial, no atual contexto pandêmico) ou tentam fazer aproximações com os alunos perguntando da família, por exemplo.

Dessa forma, não podemos deixar de considerar que o cotidiano em sala de aula e as relações entre aluno e professor, mesmo que este não se sinta preparado, são primordiais para a experiência a aperfeiçoamento da prática, através dessas relações, e para nos fazer refletir,

perante as dificuldades, sobre o que pode ser melhorado e corrigido. Nesse contexto, Vygotsky (1989, p. 99) enfatiza que:

a aprendizagem inicia-se a partir das relações sociais, enfatiza os processos socioculturais do indivíduo, a construção coletiva do saber e do quanto ela é impregnada de afeto, onde a criança aprende por um processo que não separa o conhecimento do sentimento. A aprendizagem é dinâmica e sem papéis estabelecidos. O professor irá também medir o conhecimento, enfatizando sempre a realidade da criança (cultura) e o trabalho de grupo é muito valorizado na escola, onde a brincadeira ocupa um lugar importante para o desenvolvimento da aprendizagem.

Podemos perceber que diversos são os desafios e dificuldades enfrentadas pelos professores, no que se refere ao fazer pedagógico, na sala de aula, mas, perante esses desafios, mesmo que não sintamos preparados, não podemos deixar de fazer, devemos enfrentá-los com intenção de acertar, aprendendo com nossos erros e acertos, e cada vez mais tentando aprender, o que for possível, através das nossas relações com os alunos. Nos dias atuais, a escola vivencia grandes transformações relacionadas à EI e a educação como um todo, e sempre com um único objetivo, de facilitar cada vez mais o processo de aprendizagem de todos os alunos.

Nessa perspectiva da compreensão da importância da formação docente e de como estes docentes participantes exercem suas práticas em meio às dificuldades, questionamos a eles o que seria EI e o que seria inclusão, em sua visão. De maneira geral, as respostas enfatizaram que se trata da inserção de um sistema educação e de conteúdos que atendam ao alunado com NEE, os inserindo em todos os espaços da sociedade e da própria sala de aula, através da interação com os outros alunos. Já a inclusão, as respostas tiveram três caminhos: a formação docente preparada para atender aos alunos com NEE; a empatia de todos para com todos, não importando suas especificidades; e o atendimento escolar para todos que dele necessitem com NEE.

Na visão de Fernández (2001, p. 92):

a Inclusão parte da premissa de que toda criança pode aprender se suas particularidades na aprendizagem forem consideradas e estabelece uma forte crítica às práticas de integração escolar, a partir daí, as escolas encontram-se frente ao desafio de educar com êxito todas e quaisquer crianças, inclusive às que apresentam deficiências graves, adaptando a aprendizagem a cada educando sem abandonar o currículo comum e proporcionando-lhes a participação plena na vida escolar e social.

As professoras da SRM, explanaram ser a ausência de adaptações nas atividades dos professores das disciplinas específicas, falta de interação entre professor e aluno, família e

escola, e da autoestima dos alunos com NEE, os motivos que interferem no processo de aprendizagem na sala de aula. Em relação às estratégias utilizadas por elas, para fazerem o aluno acompanhar os conteúdos na sala regular, Margarida, Josué, Violeta, Jonas e Rosa informaram que buscam “estimular a atenção, criatividade e interesse em participar das aulas”, e Paulo, Biana, Hércules e Mauro, procuram “saber os conteúdos e as disciplinas que eles têm mais dificuldades”.

Chamamos, também, atenção em relação ao que interfere no processo de aprendizagem dos alunos, na sala de aula regular, os professores destas considerarem ser a falta de recursos humanos (no caso ausência de profissional para auxiliar o aluno), e recursos materiais para ajudar na aprendizagem. Destacamos, também, alguns problemas elencados pelos professores, no que dizem respeito aos motivos que os levam encaminhar os alunos para SRM, ao considerarem ser ausência de interesse do aluno na aula, dificuldades na aprendizagem e em passar os conteúdos para os alunos PAEE, entre outras.

Na opinião de Cavaco (2014, p. 23), o aluno com NEE “deve encontrar-se inserido na classe (turma) regular, sempre que possível, devendo, no entanto, as suas características e dificuldades específicas serem sempre consideradas”. Assim, podemos afirmar que a EI no Brasil ainda está caminhando, e sabemos que os professores de um modo geral são os propulsores para que essa caminhada continue de forma positiva para todos os sujeitos. Portanto, o aprimoramento de projetos e a formação continuada de professores, com certeza irão sanar, ou pelo menos minimizar os pontos decedentes do atendimento a todas as pessoas com necessidades especiais, dentro do contexto de cada especificidade, sempre buscando novos caminhos, novas metodologias e estratégias para que o processo de aprendizagem desses sujeitos ocorra de fato.

E nessa perspectiva, Bossa (2001, p. 90) relata que:

através da aprendizagem, o sujeito é inserido, de forma mais organizada, no mundo cultural e simbólico que o incorpora à sociedade. Sendo a instituição escolar parte da sociedade e a aprendizagem partindo da interação da criança na interação com o meio social, torna-se importante ressaltar a importância que o mundo sociocultural tem na aprendizagem da mesma.

Diante dessas questões levantadas sobre a atuação do professor e sua formação, podemos perceber a necessidade de melhorias na atuação desses profissionais e do sistema, mediante a necessidade de qualidade na educação para ensinar e aprender com a diversidade, pois o ensino

necessita de muito preparo, metodologias, estratégias e atividades voltadas para que o aluno possa ter interesse e prazer em estudar. Vários são os aspectos que impedem e contribuem para a falta de um ensino de qualidade nas escolas públicas, e que conseqüentemente refletem na sociedade ao se mostrar excludente e despreparada ao lidar com a diversidade.

Oliveira (2009, p. 39) complementa que:

a formação docente é como condição básica para a condução do processo de inclusão. Deste modo, o psicopedagogo institucional, profissional que atua com o objetivo de favorecer os processos de aquisição de conhecimento, trabalha com as questões de vínculo nas relações entre professor e aluno e orienta o educador na escolha de procedimentos que integrem o afetivo e o cognitivo nas atividades a serem desenvolvidas, preocupando-se com as questões referentes ao currículo e a formação docente, pode prestar suas contribuições ao processo de inclusão escolar.

Dessa forma, entendendo que as escolas devem buscar mudanças nas práticas pedagógicas para que os alunos possam participar integralmente de um ambiente rico de oportunidades educacionais de modo a facilitar as atividades escolares e o processo avaliativo com resultados favoráveis, dando ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. O acesso de alunos com NEE nas escolas regulares reforça o direito a dignidade humana, o direito que toda criança tem e não deve ser negado. A formação profissional do professor se torna relevante a partir do momento que ele sabe inserir esses alunos nas atividades teóricas e práticas, proporcionando-lhes melhoria no processo ensino aprendizagem; e o professor é um dos coadjuvantes desse processo de aprendizagem.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 1998):

a criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas (BRASIL, 1998, p. 21).

Contudo, cabe às escolas e aos seus profissionais assumirem o papel de protagonistas nesse processo, sempre com o objetivo de crescimento de todos os envolvidos, à medida em que

a transformação virá gradativa e certa, fazendo com que percebamos mudanças construtivas em torno das práticas vivenciadas.

### **Considerações Finais**

O presente estudo discutiu que todos os alunos, sem exceções, têm o direito de conquistar sua autonomia e dignidade dentro e fora da escola. Por isso, a escola entra como importante e principal instituição para realização dessa conquista.

Precisamos entender sobre a importância da formação profissional do professor para a construção do saber, utilizando o conhecimento de forma mais consciente e comprometida com as questões do ensino mais inclusivo. Importante ressaltar que as políticas públicas são, também, determinantes no processo de inclusão dos sistemas educacionais de ensino, pois podemos perceber que há a necessidade de ampliação das ofertas de formação continuada, para os professores em exercício, para que o egresso destes nos cursos sejam mais facilitadas. Investir na estrutura das escolas públicas para que estejam preparadas em receber seus alunos; oferecer recursos tecnológicos que ajudem no trabalho do professor, pois sabemos que, dentre as diversas deficiências, existem um alunado com diferentes distúrbios e dificuldades de aprendizagem, e que necessitam de processos de aprendizagem diferenciados, e nem sempre o professor sozinho, nesse processo, poderá ser capaz de oferecer um ensino de qualidade para seus alunos.

Pressupondo que é preciso ter um olhar mais sensível para os discentes, buscar propostas para que eles conquistem sua dignidade social, pois atualmente, o ensino necessita de professores desafiadores e com compromisso de ensinar, ir além da aplicação de fórmulas e aulas explicativas, abrangendo o uso de conceitos para entender questões sociais e humanas necessárias ao exercício da dignidade humana, sempre valorizando a formação integral do aluno. Desse modo, se pode concluir que a formação da sociedade começa na escola, porque é a escola que oportuniza todos os sujeitos aos conhecimentos desde pequenos. Então, nosso papel de educadores é muito importante para a formação de uma sociedade digna, igualitária e possivelmente, menos excludente.

Ressaltamos, então, que é possível, viável e bastante positivo adquirir uma postura investigativa na busca de subsídios que possamos analisar e constatar as contribuições de forma reflexiva, na formação ética profissional e construção da identidade dos indivíduos dentro da sociedade. Somos sujeitos pensantes e errantes, e podemos entender então que, os saberes

aprendidos e subentendidos nos proporcionam uma qualidade de vida, nos transformam em sujeitos culturais capazes de saber a agir dentro da sociedade.

As políticas públicas, relacionadas à educação especial, vieram para nos orientar, cobrar da sociedade uma postura e atitudes de respeito e aceitação daquilo que para aos olhos dos outros é diferente ou estranho. Isso já é um bom começo e ponto de partida para nossas mudanças de atitudes. Mas, nosso comportamento de respeito e aceitação não deve ser apenas pelas cobranças que as leis impõem, deve começar pela nossa consciência e reflexão de que todos têm direitos e esses direitos não devem ser desiguais.

A inclusão está presente no dia a dia de todos que abraçam a educação. Portanto, é preciso que o professor encare a EI como algo sério, e procure dinamizar o seu trabalho, pois só assim não só os alunos com necessidades educacionais são beneficiados, mas sim todos os demais da turma; pois a construção de uma escola inclusiva modelo implica transformar a escola e principalmente, as suas atitudes.

### Agradecimentos

Agradecemos aos professores do Centro Educacional Alferes Tiradentes pela disponibilidade em participar de nossa pesquisa.

### Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOSSA, Nádia. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.
- BORDINHÃO, Jacqueline Pintor; SILVA, Elias do Nascimento. **O uso dos materiais didáticos como instrumentos estratégicos ao ensino-aprendizagem**. Disponível em: [https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/o\\_uso\\_dos\\_materiais\\_didaticos\\_como\\_instrumentos\\_estrategicos\\_ao\\_ensino-aprendizagem.pdf](https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/o_uso_dos_materiais_didaticos_como_instrumentos_estrategicos_ao_ensino-aprendizagem.pdf). Acesso em: 06 de set. 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 27 de out. de 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

- Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> . Acesso em: 27 de out. de 2021.
- BRASIL. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) . Acesso em: 28 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Experiências educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Org. Berenice Weissheimer Roth. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experiencias%20inclusivas.pdf> > . Acesso em: 14 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. SEESP, 2010. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192)> . Acesso em: 15 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica Nº 9/2010**. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4683-nota-tecnica-n9-centro-ae&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4683-nota-tecnica-n9-centro-ae&Itemid=30192) . Acesso em: 10 de out. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> . Acesso: 15 de nov. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares. Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. Acesso em: 12 dez. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE**: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília: MEC/SEMESP, 2020. Acesso em: 15 set. de 2021.
- BRASIL. **Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> . Acesso em: 1 de nov. de 2021.
- CAIADO, Elen Campos. **Hiperatividade na escola**. (Brasil Escola, 2002). Disponível em: < <http://www.educador.brasilecola.com> . Acesso em: 07. Mar. 2020.

- CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- COOK, L.; FRIEND, M. Co-teaching: guidelines for creating effective practices. **Focus on Exceptional Children**, v. 28, n. 3, p. 1-16, 1993.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo A psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GONÇALVES E FIALHO, Vera Lúcia Capellini Messias, Enicéia Mendes. **Formação Continuada de Professores para a Diversidade Educação**, vol. XXVII, núm. 54, setembro-dezembro, 2004, p. 597-615, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil. LDB 9394. Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 29 de out. de 2021
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPD\\_A\\_Novoa.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPD_A_Novoa.pdf)>. Acesso em: 26 de out. de 2021.
- OLIVEIRA, A. A. S. **A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada**. In: PINHO, S. Z. (Org.). **Formação de educadores: o papel do educador e sua formação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29. ed. Papirus: São Paulo, 2014, p. 11-35.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

*Autores*

**Juciana da Silva Rodrigues**

Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),  
Especialista em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
do Rio Grande do Norte (IFRN).

Atualmente é professora Polivalente do Centro Educacional Alferes Tiradentes.

Correo electrónico: [jucianarodrigues20@hotmail.com](mailto:jucianarodrigues20@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0148-3337>

**Paulo Ivo Silva de Medeiros**

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),  
Bacharel em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),  
Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN),  
Mestre em Ecologia pela UFRN.

Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de educação, ecologia  
e áreas correlatas.

Atualmente é professor Voluntário do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da  
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Correo electrónico: [prof.pauloivosm@gmail.com](mailto:prof.pauloivosm@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7036-7535>

**Como citar o artigo:**

RODRIGUES, J. S.; MEDEIROS, P. I. S. A Importância da Formação Docente em Educação  
Inclusiva para o Atendimento de Alunos com NEE. **Revista Paradigma Vol. XLIV, Nro. 1,**  
Enero de 2023 / 1 – 22 DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p01-22.id1189